

PORTUGAL ENTRA NA TERCEIRA FASE DE DESCONFINAMENTO



Para assinalar o Dia Mundial da Criança e avaliar o primeiro dia da reabertura das creches e jardins de infância, Rui Rio visitou, na segunda-feira, o Colégio Nossa Senhora da Esperança, no Porto. A terceira fase de desconfinamento está em curso, embora Portugal continue em situação de calamidade até às 23h59 do próximo dia 14 de junho



pág. 3

PRESIDENTE

RUI RIO APRESENTOU 26 CONTRIBUTOS DO PSD PARA A ÁREA SOCIAL

O Presidente do PSD explicou que estas “sugestões” estão distribuídas por dois grupos de medidas, seja propostas mais diretas para o setor social e as famílias, de forma a mitigar os efeitos socioeconómicos da pandemia, seja soluções estruturais



pág. 11

LOCAIS

SETE DISTRITAIS DO PSD ACUSAM TAP DE SER A TRANSPORTADORA AÉREA DA PORTELA

As distritais do PSD do Porto, Aveiro, Braga, Bragança, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu consideraram que o plano de retoma da TAP, divulgado dia 25, constitui uma provocação à região e uma ameaça à coesão territorial



pág. 13

REGIONAIS

SAÚDE DEVE SER UMA PRIORIDADE NOS AÇORES

O presidente do PSD/Açores considera necessário “investir e dar prioridade” às políticas de saúde na região durante a próxima década para a aquisição de novos equipamentos e para a renovação de recursos humanos



JOSÉ CANCELA MOURA
Diretor do "Povo Livre"

O 20.º MINISTRO

Os partidos devem abrir-se à sociedade civil, tal como os governos devem aportar para a governação os mais capazes. Acontece que Portugal é um Estado de direito e quem desempenha cargos públicos, seja por eleição ou pela nomeação dos seus decisores legítimos, deve ser escrutinado e respeitar o quadro legal.

António Costa convidou o gestor António Costa Silva para coordenar a preparação de um programa de recuperação económica. Não está em causa nem a legitimidade do Primeiro-Ministro para escolher quem quer para conselheiro ou para ministro, nem tão pouco o mérito e as competências do CEO da Partex.

Mas há questões que merecem uma análise mais cuidada.

Por um lado, não é a primeira vez que o Primeiro-Ministro recorre ao seu círculo mais restrito de amizade e confiança para "requisitar" personalidades para liderar dossiers em que os membros do Governo não conseguem dar resposta. Porém, o Primeiro-Ministro fá-lo sempre de uma forma nebulosa, servindo-se de um estatuto de legalidade vazia já que, normalmente, esses conselheiros ou consultores não estão abrangidos pelo regime dos gabinetes ministeriais, desconhece-se quais as funções que irão desempenhar e até se são remunerados ou não.

Só depois, pela pressão mediática, é que o Primeiro-Ministro se sente obrigado a clarificar estas situações de opacidade, que indiciam indisfarçáveis toques autocráticos de quem se fecha numa rede de amigos e nomeia os mais próximos, sem a devida transparência. Foi assim também com o seu amigo de longa data – palavras do próprio – Diogo Lacerda Machado, nomeado informalmente para gerir a reversão da privatização da TAP e que, só mais tarde, veio a ser contratado como consultor para a "prestação de serviços de consultoria estratégica e jurídica, na modalidade de avença, em assuntos de elevada complexidade e especialização", até se transferir, pasme-se, para o Conselho de Administração da TAP.

Por outro lado, é bom recordar que foi o próprio António Costa que criticou esta prática, quando, em 2012, Pedro Passos Coelho convidou António Borges, para consultor do Governo em áreas fundamentais do Estado. "Não é admissível que uma pessoa seja ministro para todos os efeitos, menos para o estatuto constringente da função ministerial. É um escândalo aceitar, e escrever-se olímpicamente, que António Borges é o 12.º ministro", acusava o então comentador de televisão e presidente da Câmara Municipal de Lisboa. Oito anos depois, António Costa ou está com estado de amnésia, ou tem memória seletiva ou cai na contradição de Frei Tomás, "olha para o que ele diz, não olhes para o que ele faz". Das três uma, mas nenhuma delas abonatória.

António Costa Silva será um *paraministro*? E, se é, para quê?

Será que ainda antes de ser "conselheiro" do chefe do Governo não deveria estar antes investido de funções, com contrato, competências e estatuto remuneratório definidos? Não estando ainda resolvido o estatuto do 20.º ministro, do *paraministro*, do *protoministro* ou do que seja, haja pelo menos o decoro, como alertou Rui Rio, que esteja impedido de intervir como interlocutor junto dos partidos da oposição e da Assembleia da República.

Do ponto de vista político, sobre esta opção, há ainda um outro aspeto a ter em conta. António Costa Silva foi um crítico das opções do Governo socialista, que agora se dispõe a servir, como "ministro sombra ou clandestino". Ainda há dois anos afirmava "decidimos não investir mais em Portugal, não vale a pena", a propósito da "política energética muito errática" do Executivo, que abandonara a exploração de gás e petróleo no Algarve. António Costa Silva denunciava a "fracquíssima inteligência estratégica" do ministro Manuel Caldeira Cabral, assim como lamentava a ausência de um rumo de uma geringonça que, no seu todo, descurava o País "para enfrentar uma nova crise financeira e económica". E, de facto, a crise chegou mais depressa do que pensávamos.

É por demais evidente que o Governo acaba de fazer uma remodelação sem assumir essa figura, com o Primeiro-Ministro a recorrer a um crítico que se juntou a uma família desavinda e que se vai despedaçar, à luz de um velho ditado: "em casa em que não há pão, todos ralham e ninguém tem razão".

Finalmente, duas conclusões e uma contradição óbvia.

António Costa já não confia nos seus e prefere recorrer a um consultor externos e independentes, que fez carreira na era do petróleo.

É António Costa Silva que, depois de ter consolidado um percurso profissional num "modelo baseado na destruição ambiental" e no *petroconsumismo*, em ano de pandemia covid-19, será o responsável pela construção de um novo modelo económico.

"Os pirilampus são animais sábios, eles usam o escuro para se alumiar", afirmava o então gestor da Partex, na TVI 24, no passado mês de abril, comentando a comercialização do petróleo, em Nova Iorque, a 40 dólares negativos.

O Governo está perdido num "escuro imenso" há muito tempo e não há pirilampo que salve uma governação que, definitivamente, anda às aranhas.

RUI RIO APRE DO PSD PARA



SENTOU 26 CONTRIBUTOS A ÁREA SOCIAL

MEIROPORUGAL



O Presidente do PSD deu a conhecer, esta quinta-feira, 26 contributos do PSD para a área social e que visam complementar as medidas do Governo e da Assembleia da República já concretizadas por causa da situação de estado de emergência e de calamidade pública que atinge Portugal.

Rui Rio explicou que estas “sugestões” estão distribuídas por dois grupos de medidas, seja propostas mais diretas para o setor social e as famílias, de forma a mitigar os efeitos socioeconómicos causados pela pandemia, como a quebra de rendimentos e o desemprego, seja soluções de cariz estrutural.

Em conferência de imprensa na sede nacional do PSD, em Lisboa, esta quinta-feira, o Presidente do PSD, que esteve acompanhado por Adão Silva e Clara Marques Mendes, apresentou as “ideias” que o Governo “pode ou não aproveitar”, para o Programa de Estabilização Económica e Social ainda em fase de definição. “Não estamos a dizer ao Governo que entendemos que devia ser tudo feito, isto são ideias para, no quadro do que for a resposta que o entender adequada na vertente social, aproveitar o que for mais ou menos acomodável”, disse, frisando que muitas das propostas não têm qualquer encargo para o Orçamento do Estado, como o pagamento “a tempo e horas do IRS, das pensões e dos subsídios sociais”.

Rui Rio defende que o Estado deve pagar pontualmente todos os valores devidos ao setor social e solidário pela prestação de cuidados de saúde hospitalares e cuidados continuados integrados e promover uma atualização extraordinária da comparticipação financeira da Segurança Social relativa ao funcionamento dos equipamentos e serviços sociais por forma a refletir o aumento da remuneração mínima mensal garantida (RMMG).

A fim de garantir maior proteção no desemprego e, ainda, na eventualidade de cessação involuntária da atividade, Rui Rio propõe a redução dos prazos de acesso tanto para o subsídio de desemprego (para abranger os trabalhadores com contrato a termo certo ou incerto, que não tenha sido renovado) como para o subsídio por cessação de atividade (para contemplar os trabalhadores independentes que cessem de

forma involuntária o contrato de prestação de serviços com a entidade contratante, no período do estado de emergência e no estado de calamidade).

A reativação da rede solidária das cantinas sociais – preferencialmente para “take away”, mas também com um espaço onde as pessoas possam fazer as refeições – e o desenvolvimento de contratos locais de desenvolvimento social foram ideias desenvolvidas por Rui Rio, para apelar a uma colaboração entre a administração central, local e o setor social, ao mesmo tempo que apelou a “uma fiscalização apertada por causa dos abusos”, como “as queixas de senhorios em que inquilinos não pagam e não tiveram quebras de rendimento”. “Muita atenção aos abusos”, enfatizou.

Sobre a situação dos sem-abrigo, área em que Rui Rio bem conhece enquanto ex-autarca, o líder do PSD insiste que a integração dos cidadãos sem-abrigo só se resolve “com prevenção e apoio”.

Adão Silva apontou a extensão do “lay-off” simplificado até ao final do ano, modulando as percentagens e orientando para setores ainda fechados por determinação do Estado, a reafectação de recursos da administração pública para setores onde são mais necessários, como a saúde e a segurança social, e a criação de um subsídio ultrarrápido de caráter eventual às famílias, consubstanciados em prestações pecuniárias de natureza excecional (despesas de rendas, aquisição de vestuário e a compra de um computador, entre outros), como propostas prioritárias elaboradas pelo grupo parlamentar, com apoio do Conselho Estratégico Nacional.

Neste aspeto, o vice-Presidente do grupo parlamentar sublinhou que “não há tempo para um Estado dorminhoco”.

Clara Marques Mendes, deputada que coordenou o documento, expôs nove medidas estruturais: a universalização de creches e jardins de infância, a revisão dos abonos de família, a extensão da rede de cuidados continuados, o alargamento do apoio domiciliário, a aposta no teletrabalho, a implementação dos 30 projetos-pilotos dos cuidadores informais, a aprovação do estatuto fiscal para a economia social, modernização das IPSS e a revisão da lei do voluntariado.

RUI RIO VISITA O COLÉGIO NOSSA SENHORA DA ESPERANÇA NO PORTO

PORTUGAL ENTRA NA TERCEIRA FASE DE DESCONFINAMENTO



Para assinalar o Dia Mundial da Criança e avaliar o primeiro dia da reabertura das creches e jardins de infância, Rui Rio visitou, na segunda-feira, 1 de junho, o Colégio Nossa Senhora da Esperança, no Porto. “Não só hoje, que é Dia Mundial da Criança, como hoje há mais um passo no sentido da abertura, com os jardins de infância”, justificou a opção por esta iniciativa, que ocorre quando se inicia a terceira fase de desconfinamento.

Sobre a escolha do Governo para coordenar a preparação do Programa de Recuperação Económica, Rui Rio diz que “o PSD não tem nada a ver” com quem o Executivo chama a colaborar para elaborar esse programa, desde que, no momento de conversar, “os interlocutores do Governo com os partidos sejam os ministros”. “Se o Governo quer fazer um plano a longo prazo de desenvolvimento estratégicos da economia portuguesa, acho bem. Quem é que chama a colaborar? Não é da minha conta. Desde que depois o relacionamento direto não seja com essa pessoa”, sublinhou.

Como modelo de atuação do Estado na sociedade, Rui Rio defende “menos Estado na economia e no dia-a-dia”. “Uma coisa é ser social-democrata, como eu sou, outra é ver Estado a mais, que já vai para lá da ideologia que eu próprio professo”, referiu.

O Colégio Nossa Senhora da Esperança é um estabelecimento de ensino particular e cooperativo, pertencente à Santa Casa da Misericórdia do Porto, que tem como missão promover o desenvolvimento das crianças e jovens, pelo ensino, informação e pelo apoio científico e técnico. Dispõe de um corpo docente de 43 professores e 10 educadoras de infância, que acompanham cerca de 700 alunos.



PROPOSTA EUROPEIA DE RECUPERAÇÃO ECONÓMICA É “AMBICIOSA”

Isabel Meirelles, deputada do PSD, considera “interessante e ambiciosa” a proposta da Comissão Europeia referente ao Fundo de Recuperação da União Europeia. A vice-Presidente do PSD elogia o pacote para minimizar os efeitos económico-sociais provocados pela pandemia de covid-19, anunciado por Ursula von der Leyen dia 27. Coloca à disposição um “bolo de 750 mil milhões de euros”, dos quais “500 mil milhões de euros são subvenções, a fundo perdido” e o restante são empréstimos “com maturidades longas e juros interessantes”.

“Este plano ultrapassa velhos fantasmas, designadamente de mutualização da dívida, embora o que é uma boa notícia no princípio pode não o ser no fim”, alertou a deputada e coordenadora do PSD da Comissão de Assuntos Europeus. A esse propósito, a deputada assinala que há ainda várias etapas processuais a cumprir, nomeadamente este plano terá de ser aprovado “por unanimidade” no Conselho Europeu – sabendo-se que existem “quatro Estados-membros reticentes” – e, numa fase posterior, em alguns países terá de ser aprovado nos respetivos parlamentos nacionais.

Sobre a verba prevista para Portugal – 26,3 mil milhões de euros, dos quais 15,5 mil milhões de euros em subvenções distribuídas a fundo perdido –, a vice-Presidente do PSD apelou a que, se se concretizar, seja “muito bem investido”. “Este Governo ou aquele que venha a traçar este plano de investimento vai ter de olhar para o futuro e, sobretudo, para o passado para que não se cometam os mesmos erros de desperdício enorme de fundos comunitários, nomeadamente em projetos não reprodutivos”, referiu.

Isabel Meirelles diz que as prioridades devem ser o investimento nas empresas, “sobretudo nas pequenas e médias empresas”, a criação de empregos, um plano de reindustrialização, a agenda digital e a economia verde”.



A deputada sublinha que, em paralelo com este fundo, “correm as negociações do quadro financeiro plurianual”, onde os resultados “não são tão bons”.

O “Next Generation EU” [Próxima Geração da UE], de 750 mil milhões de euros, bem como reforços orientados para o orçamento de longo prazo da União Europeia para 2021-2027, irão elevar o poder financeiro do Orçamento da UE para 1,85 biliões de euros. Os países mais afetados pela pandemia de covid-19, Itália e Espanha,

poderão receber, respetivamente, 172,7 mil milhões de euros (81,8 mil milhões de euros em subsídios e 90,9 mil milhões em empréstimos) e 140,4 mil milhões de euros (77,3 mil milhões de euros em subsídios e 63,1 mil milhões em empréstimos). Os subsídios a fundo perdido serão canalizados através de quatro canais, três dos quais novos: o REACT EU (nova iniciativa de apoio à coesão), a Ferramenta de Recuperação e Resiliência, o novo Fundo para uma Transição Justa e através do Desenvolvimento Rural.

PANDEMIA POTENCIA SITUAÇÕES DE RISCO FAMILIAR, PSD QUER OUVIR COMISSÃO DE PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS



O PSD solicitou a audição no Parlamento da presidente da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPJ) para conhecer o “panorama” dos menores em situação de risco, situação que merece maior preocupação em tempos de pandemia de covid-19. Os deputados do PSD lembram que esta entidade deve remeter anualmente à Assembleia da República, até 30 de junho, o relatório de atividades.

Num requerimento divulgado no sábado, 30 de maio, os deputados social-democratas salientam que o “período excepcional de pandemia que atravessamos e as medidas de confinamento e perda de rendimento, entre outras, potenciam situações de risco familiar em que os mais frágeis, como as crianças e jovens, ficam particularmente expostos”.

Por isso, pedem “com caráter de urgência” a audição da presidente da CNPDPCJ para ouvir a avaliação de Rosário Farmhouse “perante os acontecimentos que vão sendo relatados nos media e que são a face visível das fragilidades sociais agravadas, agora, pela covid-19”.

O PSD quer ainda perceber, na audição parlamentar, que medidas está este organismo a implementar para minimizar os riscos “deste período particularmente perigoso”.

Em meados de maio, a CNPDPCJ criou uma linha telefónica (961231111), para denúncia de abusos e violência contra menores, apelando a amigos, vizinhos e familiares que se mantenham vigilantes durante o confinamento.

Portugal tem 309 Comissões de Proteção de Crianças e Jovens que, em 2018, detetaram quase 14 mil situações de perigo, a maior parte por negligência, tendo havido um aumento nos casos de abuso sexual, e 254 crianças vítimas de abandono.

FRONTEIRA TERRESTRE COM ESPANHA PODE FICAR ENCERRADA ATÉ 15 DE JULHO, PSD QUER ESCLARECIMENTOS

O PSD questionou, na sexta-feira, o Governo sobre a reabertura da fronteira terrestre com Espanha. Numa pergunta que tem como destinatários o Primeiro-Ministro, o ministro da Administração Interna e o ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, os deputados social-democratas querem saber se se confirma a decisão do Executivo de Madrid em manter os atuais controlos na fronteira Portugal-Espanha até 15 de julho, tal como foi anunciado pelo presidente do Governo espanhol, Pedro Sánchez.

Os deputados do PSD recordam que, devido à pandemia de covid-19, o Governo decidiu em 16 de março, “com amplo apoio político e das populações, reintroduzir temporariamente o controlo fronteiriço nas fronteiras internas, com destaque para a fronteira terrestre entre Portugal e Espanha, pelo período de pelo menos 30 dias”.

Recentemente, de acordo com o PSD, o Governo foi questionado em várias audições regimentais sobre qual o plano de reabertura, tendo apontado que é uma matéria a desenvolver “no âmbito das relações bilaterais, dependente de acordo com Espanha”.

“Estranhamente e, tanto quanto é do conhecimento dos subscritores da presente pergunta, unilateralmente, o Governo de Espanha, na pessoa do Presidente do Governo, Pedro Sánchez, comunicou, em 22 de maio, que a fronteira iria permanecer encerrada até 15 de julho, para estupefação dos Governos Autónomos, dos Autarcas e da população que reside na área transfronteiriça”, referem.

O PSD quer saber se o anúncio do Governo Espanhol foi articulado pelos dois estados e qual a posição oficial do Governo Português? “Qual a data defendida por Portugal, num quadro de negociações bilaterais, para a abertura/flexibilização dos atuais controlos na fronteira terrestre Portugal-Espanha?”, questionam.

Por último, invocando as dificuldades económicas e sociais que atravessam as regiões de fronteira portuguesas, em especial no comércio, na restauração e na hotelaria, o PSD pergunta “que medidas ou Plano de ação tem o Governo previstos para implementar a curto prazo”.



O PSD QUESTIONA:

1. *O Governo português, a que V. Exa preside, foi informado, previamente, da decisão do Governo de Espanha em manter os atuais controlos na fronteira Portugal-Espanha até 15 de julho, tal como anunciado pelo presidente do Governo espanhol, Pedro Sánchez?*
2. *Caso o anúncio do Governo Espanhol tenha sido articulado pelos dois estados, qual a posição oficial do Governo português?*
3. *Qual a data defendida por Portugal, num quadro de negociações bilaterais, para a abertura/flexibilização dos atuais controlos na fronteira terrestre Portugal-Espanha?*
4. *Tendo o Governo conhecimento das dificuldades económicas e sociais que atravessam as regiões de fronteira portuguesas, em especial no comércio, na restauração e na hotelaria, que medidas ou Plano de ação tem o Governo previstos para implementar a curto prazo?*

REVISÃO DO QUADRO LEGAL PARA PROTEGER A COSTA VICENTINA E SUDOESTE ALENTEJANO DO “AUTOCARAVANISMO SELVAGEM”



O PSD pretende saber se o Governo irá rever o quadro legal para proteger determinadas regiões mais procuradas para a prática de autocaravanismo.

Numa pergunta que deu entrada dia 27, dirigida à secretária de Estado do Turismo, os deputados do PSD alertam para o “autocaravanismo selvagem” que “prolifera por todo o país, de forma mais expressiva na Costa Vicentina e Sudoeste Alentejano”.

“Verifica-se uma multiplicação de habitações móveis, muitas vezes não cumprindo regras de civilidade, violando espaços de grande fragilidade ambiental, poluindo praias e falésias, num desordenamento penalizador para o país, de modo mais vincado na Costa Vicentina e Sudoeste Alentejano. Importa tomar as medidas adequadas, seja do ponto de vista de revisão da legislação e do pagamento no ato das contraordenações, no reforço da fiscalização, no incremento da sinalização, de modo a proteger o interesse paisagístico, turístico e ecológico”, apontam.

“Vai rever o regime de contraordenações? Vai ordenar ações de fiscalização?”, interroga o PSD.

Os deputados destacam o contributo do turismo para a “economia portuguesa em termos de receita, mas também de criação de emprego”. “O país não precisa, muito menos deseja, um turismo que violente o seu património natural e se constitua como uma galeria de horrores, como as que muitas vezes as populações locais têm que testemunhar, o que se agudizou neste período de covid-19 e que não se pode perpetuar”, referem.

SITUAÇÃO DO HOSPITAL BEATRIZ ÂNGELO É DE “ENORME GRAVIDADE”, UNIDADE RECUSOU DOENTES AGUDOS

O PSD insta o Governo a “assumir as suas responsabilidades e tome as medidas adequadas para que o serviço de urgência do Hospital Beatriz Ângelo, em Loures, não volte a sofrer condicionamentos como os verificados esta semana”.

Numa pergunta remetida, dia 29, à ministra da Saúde, os deputados do PSD eleitos por Lisboa assinalam que o concelho de Loures é “um dos concelhos mais atingidos no país em termos de pessoas infetadas, onde o número de casos confirmados subiu, no último mês, de 315 para 935, ou Odivelas, onde, no mesmo período, o número de casos confirmados subiu de 208 para 506”.

“Neste contexto, não surpreende que o Hospital Beatriz Ângelo, que serve uma população de perto de 300 mil pessoas maioritariamente residentes nos concelhos de Loures, Odivelas, Mafra e Sobral de Monte Agraço, esteja a sofrer uma significativa pressão assistencial. Assim, desde o início da pandemia, o referido hospital tratou já mais de 270 doentes infetados pelo SARS-CoV-2, ali se encontrando, presentemente, oito doentes nos cuidados intensivos e outros 52 nas enfermarias em áreas exclusivamente dedicadas a esses doentes”, alertam.

O PSD denuncia a “preocupante vulnerabilidade dos serviços de saúde a que se chegou nos passados dias 26 e 27, em que o serviço de urgência do Hospital Beatriz Ângelo teve de recusar a receção de novos doentes agudos, transportados por ambulâncias do Instituto Nacional de Emergência Médica e por corporações de bombeiros”.

Esses doentes tiveram, primeiro, de ser transportados para o Hospital de Santa Maria e, depois, também para o Hospital de Abrantes, que dista a cerca de 140 quilómetros do Hospital de Loures, por falta de resposta dos hospitais da região de Lisboa.



Para o PSD, “esta situação vivida no Hospital Beatriz Ângelo reveste enorme gravidade, tanto mais porque para as referidas limitações no acesso muito contribui o facto de ali permanecerem doentes que, apesar de disporem já de alta clínica, continuam internados por razões sociais”.

O PSD cita ainda os relatórios de situação, da Direção-Geral de Saúde (DGS), referentes à situação epidemiológica em Portugal decorrente da pandemia de covid-19, em que o número de novos casos de doentes tem crescido particularmente na região de Lisboa e Vale do Tejo.

O PSD PERGUNTA:

1. *Confirma a Ministra da Saúde que o acesso ao serviço de urgência do Hospital Beatriz Ângelo esteve condicionado entre 26 e 27 de Maio a novos doentes por excesso de afluência?*
2. *Que medidas tomou o Ministério da Saúde para garantir que não volte a ocorrer uma situação de condicionamento do acesso dos doentes ao serviço de urgência do Hospital Beatriz Ângelo?*
3. *Pode o Governo garantir que uma situação como a descrita não voltará a suceder no Hospital Beatriz Ângelo?*

Acompanhe-nos no dia-a-dia...

PSD
TV



**Conferências de Imprensa,
Transmissões em direto,
Discursos e intervenções políticas**



**Entrevistas, Opinião, História,
Iniciativas**



**O dia-a-dia da atividade
do PSD**



**Noticiário semanal todas
as sextas-feiras**

MÉDICOS SEM FORMAÇÃO EM SUPORTE DE VIDA ESTÃO A ATENDER NAS URGÊNCIAS DO HOSPITAL INFANTE D. PEDRO EM AVEIRO



Os deputados do PSD por Aveiro acabam de questionar a ministra da Saúde sobre falhas na formação de médicos escalados para as urgências do Centro Hospitalar do Baixo Vouga.

Os deputados social-democratas dão eco às denúncias do Sindicato dos Médicos da Zona Centro, que tornou público que há médicos sem formação em suporte avançado de vida (SAV) a acolher doentes emergentes no Centro Hospitalar do Baixo Vouga (CHBV), designadamente no Hospital Infante D. Pedro, em Aveiro.

De acordo com o PSD, a pandemia expôs a insuficiência de médicos nos Serviços de Urgência. Porém, no caso do CHBV, a insuficiência de médicos no Serviço de Medicina Interna, bem como em outros serviços, já era conhecida antes do surto de covid-19. Como consequência, os procedimentos adotados, no sentido de prevenir contágios em contexto hospitalar, conduziram à exaustão das equipas, escassas em recursos humanos, para garantirem dois serviços de Urgência diferenciados a funcionar em simultâneo (covid e não covid).

O PSD afirma ainda que perante o agravamento da situa-

ção, o Conselho de Administração do CHBV, que terá chegado a equacionar o encerramento de algumas valências essenciais à população, decidiu colocar médicos tarefeiros a cumprir as escalas de urgência covid.

Ora, segundo foi denunciado por aquele sindicato, a maioria desses médicos tarefeiros não têm formação em suporte avançado de vida.

“O Conselho de Administração, consciente deste défice, terá adotado a solução no sentido de assegurar a plenitude do funcionamento do Hospital Infante D. Pedro. Porém, no entender do sindicato, da Ordem dos Médicos e da generalidade dos profissionais de saúde, a medida implementada poderá comprometer a qualidade do atendimento médico aos doentes em estado crítico”, assinalam dos deputados.

O Centro Hospitalar do Baixo Vouga integra as unidades do Hospital Infante D. Pedro (Aveiro), Hospital Distrital de Águeda e Hospital Visconde de Salreu em Estarreja. A sua área de influência abrange nove concelhos do distrito de Aveiro: Águeda, Albergaria-a-Velha, Aveiro, Estarreja, Ilhavo, Murto, Oliveira do Bairro, Sever do Vouga e Vagos.

O PSD PERGUNTA:

O Ministério da Saúde tem conhecimento das condições em que os utentes estão a ser acolhidos nos serviços de Urgência, designadamente se profissionais sem formação em SAV se encontram a ser orientados por médicos devidamente qualificados?

Perante a eventualidade de uma segunda vaga, que poderá coincidir com o plano de contingência da gripe sazonal, que medidas específicas estão a ser preparadas pelo Ministério da Saúde para reorganizar o SNS de forma a colocar, nos serviços de Urgência, o número de profissionais necessários ao seu bom funcionamento?

O Ministério da Saúde está a estudar medidas que permitam proporcionar formação adequada, em SAV, de modo a alargar o universo de profissionais habilitados para acolher doentes críticos em serviços de urgência?

EMIGRANTES PORTUGUESES RECORREM À AJUDA ALIMENTAR



Os deputados do PSD estão preocupados com a situação de carência económica em que se encontram muitos portugueses residentes no estrangeiro que tiveram, como último recurso, de recorrer à ajuda alimentar, devido à crise provocada pela pandemia do covid-19.

Na pergunta entregue no Parlamento e dirigida ao ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, o PSD cita notícias recentes de alertas lançados por representantes da comunidade portuguesa na Suíça. “Na Suíça residem atualmente cerca de 220.000 portugueses e muitos desses nossos compatriotas, especialmente os que trabalham no setor da economia doméstica e os trabalhadores temporários, mesmo mantendo o seu emprego, podem ter perdido com a crise sanitária e as medidas restritivas que lhe sucederam cerca de 80% do seu rendimento mensal, o que, em muitos casos, levou a situações de carência económica”, apontam os social-democratas.

O PSD questiona diretamente o Governo se tem conhecimento desta situação na Suíça “em que muitos portugueses se vêm obrigados a recorrer à ajuda alimentar dis-

tribuída pelas autoridades locais” ou de “outras situações idênticas noutras comunidades portuguesas”.

“Que medidas tem o Governo preparadas para apoiar estes portugueses que se encontram em maior dificuldade económica nas nossas comunidades em resultado da pandemia de covid-19?”, interroga.

Para o PSD, o alerta que foi lançado na Suíça “não é, infelizmente, um caso isolado, pois existem várias outras comunidades quer na Europa, quer fora da Europa, que, mesmo sem se saber ainda totalmente os efeitos desta crise, passam também por dificuldades económicas com muitos portugueses sem trabalho”, apontando também problemas no Reino Unido, onde “um conjunto de portugueses lançou também um Banco Alimentar para auxiliar famílias necessitadas”.

“É fundamental que se garanta, nas comunidades portuguesas, o apoio social e económico aos mais vulneráveis, aos idosos, aos carenciados, aos desempregados e a todos aqueles que se encontram doentes. Não podemos

deixar de prestar uma atenção a todos os portugueses que residem no estrangeiro e que neste momento necessitam da ajuda do Estado português”, defendem os deputados do PSD.

O PSD PERGUNTA:

1. Tem o Governo conhecimento desta situação na Suíça em que muitos portugueses se vêm obrigados a recorrer à ajuda alimentar distribuída pelas autoridades locais?
2. Tem o Governo conhecimento de outras situações idênticas noutras comunidades portuguesas?
3. Que medidas tem o Governo preparadas para apoiar estes portugueses que se encontram em maior dificuldade económica nas nossas comunidades em resultado da pandemia de covid-19?

PSD QUESTIONA O GOVERNO SOBRE SEGUROS DE CRÉDITO E LINHAS DE APOIO ÀS EMPRESAS



Os deputados do PSD entregaram duas perguntas dirigidas ao ministro da Economia e da Transição Digital, pedindo respostas para mitigar os efeitos negativos da pandemia de covid-19 na economia (empresas/setor exportador e linhas de crédito).

Numa primeira pergunta, os parlamentares do PSD querem que o Governo português, tal com tem sucedido em vários países europeus, agilize o procedimento da atribuição da garantia de Estado aos seguros de crédito, caso contrário os empresários nacionais estarão desprotegidos no mercado internacional, já de si marcado pela instabilidade de encomendas.

O PSD considera que “os seguros de crédito são essenciais à segurança no comércio jurídico, que é o mesmo que dizer que são essenciais ao normal e regular funcionamento do setor exportador nacional, decisivos para a recuperação económica de que Portugal precisa e fundamentais para o equilíbrio da balança comercial”.

As incertezas decorrentes da crise de covid-19 aliadas à especificidade do comércio internacional estão a afetar o tecido exportador nacional. Por esse facto, e sabendo o Governo da urgência das empresas em assegurar os seus créditos, o PSD quer saber por que razão as “garantias de estado, constantes da Lei de Orçamento de Estado com limites aumentados pela Lei nº 13/2020, de 7 de maio”, não foram até esta data “atribuídas ao segmento de seguros de crédito”.

Desde meados de março, em virtude do agravamento das condições económicas por via da pandemia instalada a nível mundial, as companhias de seguros reavaliaram os “plafonds” e impuseram reduções drásticas entre 50% e 100% das garantias atribuídas até essa data, eximindo-se de assegurar as coberturas até aí asseguradas. “Quando pode o Governo assegurar que possam as seguradoras de crédito estar a atribuir plafonds que permitam às empresas portuguesas voltar a operar no mercado internacional”, interroga o PSD.

O PSD pretende ainda saber se o Executivo assegura que, “após a atribuição da garantia de Estado às seguradoras de créditos, estas sejam obrigadas a manter os níveis de cobertura atribuídos a cada empresa/negócio antes da pandemia do covid-19”.

Numa segunda pergunta a Pedro Siza Vieira, os deputados pedem esclarecimentos ao Governo sobre o desfazamento entre as necessidades da economia real e a verba que o Governo disponibilizou em termos de garantia pública aos empréstimos que podem ser contraídos pelas empresas portuguesas. O PSD refere que a garantia pública de financiamento às empresas vai até ao montante de 6,2 mil milhões de euros, só que os financiamentos solicitados pelas empresas portuguesas ascenderam ao montante de 9,3 mil milhões de euros. O PSD alerta para a diferença entre a “verba disponibilizada pelo Governo” e as solicitações dos empresários.

Os deputados estão preocupados com as pequenas e médias empresas, já que “as empresas mais robustecidas são aquelas que mais facilmente obtêm financiamentos e que, tratando-se de empréstimos, podem contra-los cautelarmen-

te, postecipando a decisão de gestão de utilizar ou não” das linhas de crédito, o que poderá gerar “uma distorção total no efeito pretendido com as designadas “Linhas de Apoio à Economia COVID-19” nos termos das quais o Estado, através do IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, IP e da Sociedade Portuguesa de Garantia Mútua – Sociedade de Investimento, SA (SPGM), presta garantia pública aos empréstimos que sejam contraídos pelas empresas portuguesas, assegurando desse modo maior conforto aos financiamentos bancários que sejam concedidos pela banca às empresas”.

Sobre a inexistência de obrigatoriedade de utilização das quantias mutuadas, **O PSD PERGUNTA:**

Tem o Governo estimada a dimensão percentual da diferença entre os plafonds atribuídos e a verba efetivamente utilizada?

Como pensa o Governo obviar a esta circunstância que pode ser objetivamente impeditiva da pretendida injeção de liquidez na economia?

Está prevista uma forma de permitir que os plafonds que não venham a ser utilizados possam transitar para as empresas cujos processos não tiveram sequência por ter sido excedida a verba disponibilizada?

KAMOV QUE DEVERIA OPERAR A PARTIR DE FERREIRA DE ZÊZERE É DESLOCADO PARA VILA REAL

Os deputados do PSD acabam de questionar o ministro da Administração Interna sobre o reposicionamento provisório em Vila Real do helicóptero pesado Kamov, que deveria estar a operar a partir do aeródromo de Ferreira do Zêzere no combate aos incêndios.

No requerimento entregue no Parlamento, os deputados social-democratas consideram “muito preocupante a ausência deste meio na região Centro na fase III do Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais (DECIR2020), que prevê um reforço dos meios de combate em todo o país, nomeadamente com a entrada em funções dos três Kamov contratados pelo Estado à Heliportugal.

“Tendo em conta o histórico dos últimos anos, a existência de um meio pesado desta natureza na zona centro, em Ferreira do Zêzere, tem sido vital para o combate aos incêndios, como aliás se pode também verificar pelas trágicas consequências que teve a sua ausência durante um largo período de tempo da época de 2019”, alertam.

O requerimento sublinha ainda a importância da localização do aeródromo de Ferreira do Zêzere junto da albufeira de Castelo de Bode, no distrito de Santarém, “um excelente local de abastecimento de água para este meio, contribuindo para maximizar a sua eficiência”.

Os deputados referem que a razão invocada para a reposição provisória, “no máximo de 15 dias”, terá a ver com “limitações colocadas à operação pela Autoridade Nacional da Aviação Civil”, pelo que sugerem, como forma de ultrapassar o problema de imediato, a reposição temporária deste meio pesado na Base Aérea de Tancos, situada no concelho de Vila Nova da Barquinha, também no distrito de Santarém.

Para os deputados, de acordo com a legislação em vigor, esta base militar “poderia receber de imediato esta aeronave, mantendo-a assim na região e continuando a ter um papel decisivo no combate aos fogos sem desequilibrar o



planeamento feito pela ANEPC (Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil), que pode ficar ‘amputado’ se esta deslocação para Vila Real se concretizar”.

O requerimento apela ao Governo e à Assembleia da República para fazerem, “em tempo oportuno”, a “devida reflexão sobre a forma como se organiza todo o processo de contratação e disposição dos meios aéreos”.

Os parlamentares perguntam em concreto ao ministro Eduardo Cabrita quais as alterações feitas ao planeamento inicial de meios aéreos previstos no DECIR2020 para o nível III e qual é a disposição atual e, em relação ao meio aéreo pesado previsto para o Centro de Meios Aéreos localizado em Ferreira do Zêzere, que soluções alternativas na região procurou encontrar.

Por outro lado, questionam se a Base Aérea de Tancos foi considerada como alternativa temporária para receber este meio aéreo, tendo em conta a legislação existente e “o facto de se tratar de uma instalação militar com as vantagens legais que isso proporciona”.

SETE DISTRITAIS DO PSD ACUSAM TAP DE SER A TRANSPORTADORA AÉREA DA PORTELA

Sete distritais do PSD do Norte consideraram que o plano de retoma da TAP, divulgado dia 25, constitui uma provocação à região e uma ameaça à coesão territorial, sugerindo que, operando sem âmbito nacional, a companhia poderá chamar-se “Transportadora Aérea da Portela”.

Num comunicado subscrito pelas distritais do Porto, Aveiro, Braga, Bragança, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu, as estruturas sublinham que o plano de rotas conhecido na semana passada “é absolutamente atentatório do interesse nacional e lesivo da equidade e da relação custo/benefício de uma opção estratégica desta natureza, cavando ainda mais fundo o centralismo e discriminando de forma incompreensível as diferentes regiões do país”.

Em causa, lembram as distritais, está o Aeroporto do Porto, o “maior do noroeste peninsular”, sediado numa região que “é responsável por mais de 40% das exportações e por mais de 30% do PIB [Produto Interno Bruto] nacional, servindo mais de cinco milhões de pessoas, desde a região Centro à Galiza”.

Para os social-democratas, “a confirmação” de que a TAP “concentrará quase exclusivamente no aeroporto da Portela” a operação constituiu “uma provocação a toda a região Norte e uma ameaça séria à coesão territorial nacional”. “Se a TAP não responde às necessidades e aos anseios dos aeroportos de Faro, do Funchal, de Ponta Delgada e do Porto deixa de cumprir o seu papel de empresa nacional – companhia de bandeira – e passará a ter um papel meramente regional, podendo inclusive passar a denominar-se por Transportadora Aérea da Portela”, defendem num comunicado.

Para as distritais, a postura da companhia aérea compromete definitivamente “o desígnio de representatividade nacional da TAP”.

Também “torna claro que esta não pode, porque, por opção própria, também não quer, ter os apoios que reclama do Estado”, acrescentam. “Infelizmente, no debate quinzenal com o primeiro-ministro, em 07 de maio, o presidente do PSD já tinha antecipado este cenário, que condenou de forma veemente, defendendo que, para o Estado injetar dinheiro na TAP, esta deveria ter um plano de negócios e vocação eminentemente nacional”, lê-se na nota.

As distritais do PSD “exigem a imediata inflexão deste rumo e desta estratégia, reclamando uma solução de retoma que incremente um plano de rotas e voos de forma proporcional



ao número de passageiros, a partir de todos os aeroportos nacionais”.

De outra forma, o PSD considera que deve ser reequacionado qualquer plano de resgate ou de participação do Estado na sua administração, à custa dos impostos dos portugueses que “não precisam de pagar por um serviço a que não podem recorrer”.

“Por outro lado, se o Governo decidiu reverter a privatização da TAP, com uma quota de 50% e um administrador, onde os privados decidem tudo e o Estado não manda coisa nenhuma; se o Governo se prepara para injetar milhões na empresa, a pretexto da sua viabilização financeira; então o mínimo que o Governo está obrigado a fazer é exigir que a TAP passe a servir todos os portugueses, sem privilégios e sem exceções”, defendem.

Consideram ainda que o argumento de “falta de procura” utilizado pela TAP para justificar uma reposição diferenciada de rotas “é uma mentira pegada” e “choca de frente” com opções tomadas por outras companhias aéreas, como, por exemplo, a Lufthansa ou a Air France.

“É, no mínimo, estranho que estas companhias, que operam com inconfessados interesses de ordem exclusivamente comercial, vejam nestas rotas [para o Porto] a oportunidade de

negócio e a sustentabilidade que a transportadora nacional nega”, o que torna “absolutamente incompreensível a desconsideração e a desvalorização com que a TAP trata o Porto e a região Norte”, afirmam.

O PSD critica ainda o apelo do PS para a TAP para “corrigir o plano de rotas aéreas tornado público, tendo em vista corresponder aos legítimos interesses nacionais e regionais em apreço”, considerando-o “oco de conteúdo” tendo em conta a dissonância entre o que o ministro das Infraestruturas queria fazer e aquilo que o primeiro-ministro não o deixa fazer, como por exemplo a nacionalização.

“Nós bem sabemos que estas manifestações de indignação de quem critica as suas próprias decisões, são mero exercício de hipocrisia política. Mas o país, e neste caso, a TAP, não precisa de encenações. Apenas de coragem para decidir”, acrescentam.

Depois de conhecido o plano de retoma de voos da TAP, vários autarcas, bem como partidos políticos, criticaram as opções da companhia aérea e exigiram que o Governo tome uma posição. O plano de retoma das operações da companhia aérea foi conhecido na segunda-feira e prevê 27 voos semanais até ao final de junho e 247 no mês seguinte, sendo a maioria de Lisboa. Dias depois, a companhia recuou e garante que irá reformular o plano.

PSD/AZAMBUJA EXIGE AO GOVERNO CRIAÇÃO DE PLANO ESPECIAL PARA TRANSPORTES



O PSD/Azambuja pede ao Governo a criação de um plano especial para rede de transportes que serve o concelho, no distrito de Lisboa, por forma a mitigar o contágio da covid-19. “O PSD volta a exigir ao Governo a criação de um plano especial para o concelho de Azambuja, para a rede de transporte que serve este concelho, para as empresas e para os seus milhares de trabalhadores”, pode ler-se em comunicado.

De acordo com a Secção liderada por Rui Pedro Corça, não foram apresentadas medidas para os mais de 8.500 trabalhadores que todos os dias se deslocam de vários concelhos para a Azambuja em comboios e autocarros lotados, sem serem fiscalizados e sem o cumprimento da distância de segurança.

O PSD adiantou que a situação mantém “um permanente e elevado risco de propagação da pandemia, nomeadamente nos concelhos de residência dos trabalhadores”, reforçando que “as centenas de motoristas de pesados de mercadorias que vindos de todo o país” podem ser “involuntariamente alvos da infeção ou transmissores do vírus”.

Os social-democratas consideraram ainda que as medidas apresentadas pelo Governo, na sexta-feira, são “desajustadas e ineficazes para a prevenção da pandemia na Área Metropolitana de Lisboa [AML]”, excluindo a Azambuja que é “um importante e vital centro de logística e o palco do maior surto de infeção na grande Lisboa”.

[...] O Governo continua a não apresentar qualquer planeamento ou medidas suficientes para prevenir, conter e monitorizar eficazmente o surto no polo da logística do concelho ou para prevenir que a partir de Azambuja surjam novos focos de infeção”, referiu o PSD.

Na nota, os social-democratas salientaram a urgência de “testar toda população de risco residente no concelho da Azambuja”.

Para o PSD, o plano específico para Azambuja deve contemplar a disponibilização de testes gratuitos, a distribuição de máscaras gratuitas, mas também medidas direcionadas a algumas falhas concretas como a sobrelotação dos transportes.

De modo a evitar o contágio da covid-19, o PSD alertou ainda para a fiscalização da rede transportes públicos, a verificação de condições das habitações e o reforço de meios humanos nas forças de segurança.

PSD VOTA CONTRA O RELATÓRIO E CONTAS DE 2019 DA CÂMARA DE GAIA

O grupo de vereadores do PSD na Câmara de Gaia votou contra o Relatório de Atividades e Contas relativo a 2019 por considerar, antes de mais, que o documento aponta para “um fim de ciclo” e prepara um “clima pré-eleitoral”.

Para o PSD, o executivo municipal, com uma gestão “decepcionante” e não tendo obra para apresentar, ano após ano, relatório após relatório, limita-se a repetir “anúncios, que são as mesmas ideias, os mesmos projetos, as mesmas propostas ou obras, mencionadas, prometidas e repetidas até à exaustão, e que na sua maioria não passam da intenção, umas melhores, outras piores, mas encerram uma característica comum: teimam em não sair do papel”.

Os vereadores lembram que os principais equipamentos estruturais do concelho “continuam adiados” ou então refletem opções “de utilidade ambígua”, tais como o Centro de Congressos ou a nova ponte sobre o Douro, as rotundas dos Carvalhos ou a dupla rotunda em Santo Ovídeo, a ampliação do Hospital Santos Silva ou até a extensão da linha amarela do Metro até Vila d’Este, a VL3 ou Avenida Atlântica, o Museu da Cidade, a candidatura a Património Mundial do Centro Histórico de Gaia, o elétrico na Beira-Rio, a Igreja da Afurada, o parque de São Paio ou a refuncionalização da Ponte Maria Pia, o Metro BUS e o projeto Encostas do Douro.

O PSD considera que, não obstante as receitas correntes do Município terem crescido em 2019 a um ritmo elevado, com mais 9,7 milhões de euros, dos quais 5 milhões de euros, de IMT e 1,8 milhões de euros, da Derrama, a despesa corrente cresceu 4 milhões de euros. Neste capítulo, os vereadores alertam sobretudo para o aumento das despesas com o Pessoal e as Aquisições de Bens e Serviços, cujo agravamento passou de 62,9 milhões de euros, em 2013, para 79,2 milhões de euros em 2019, ou seja, um agravamento médio anual da ordem dos 2,7 milhões de euros.

O grupo de vereadores não acompanha as conclusões do Relatório, que aponta para a mais alta taxa de execução do investimento direto em 2019, desde 2016. “Temos muitas dificuldades em aceitar estas conclusões, tendo em conta que o valor orçamentado para o ano de 2019 na rubrica de Investimento Direto – Aquisição de Bens de Capital correspondia quase ao dobro, ou seja, 44,3 milhões de euros”, sublinham os representantes do PSD no executivo municipal, que acrescentam terem ficado por executar 19,4 milhões de euros, ou seja, a taxa de execução foi, afinal, de 56 %. As áreas mais afetadas por esta baixa taxa de execução foram, segundo o PSD, a reparação e beneficiação de habitações, de edifícios, de construções diversas, tais como viadutos, arruamentos, iluminação pública, parques e jardins, instalações desportivas e recreativas e de viação rural.

No plano fiscal, os vereadores questionam algumas decisões tomadas pelo executivo socialista relativas ao ano económico de 2019 e que tiveram impacto no corrente ano. “Só em 2020, e três anos após, é que tivemos uma redução do IML, com algum impacto nos bolsos dos gaienses, se bem com uma redução diminuta, e aquém das expectativas, da fatura da água, tendo em conta sobretudo o acréscimo significativo, mais de 30 %, registado no preço da água, no início do corrente ano”, justificam os vereadores, insistindo que o preço por metro cúbico da água aumentou para os gaienses.

“Então este elevado lucro [nas contas de 2019], há muito anunciado e apresentado como as melhores contas de sempre, não foram margem suficiente para, já em 2019, ter sido possível acomodar estes valores e ter antecipado estas medidas e benefícios fiscais?”, questionaram ainda os vereadores do PSD.

Em relação à taxa de Derrama, o PSD aponta a contradição do executivo, que “decidiu, e bem, isentar as pequenas e médias empresas desta tributação, o que leva a concluir que, efetivamente, sempre existiu folga, no ano transato, para reduzir a taxa da Derrama”.

O PSD também considera que “a incorporação do saldo de



gerência de 2019, logo em fevereiro de 2020, e face às atuais circunstâncias, foi uma decisão prematura e precipitada”.

“Os gaienses não passaram a viver melhor só porque a Câmara de Gaia anunciou um resultado líquido tão avultado, nem nos seus bolsos entrou qualquer quantia, por estas contas terem sido anunciadas como as melhores de sempre. Bem pelo contrário, porque infelizmente tudo mudou desde o passado mês de março. As receitas camarárias estão claramente a cair e as despesas irão naturalmente subir, sendo certo que a atual situação, de conforto financeiro, da autarquia, irá seguramente ser afetada. Assim, como sempre defendemos de uma forma clara, havia folga para um desagravamento mais acentuado da carga fiscal, agora também admitimos que essa margem de manobra possa estar em causa, ainda que temporariamente, pelo menos, em 2020”, destacam.

Para o corrente ano, por causa da covid-19, os vereadores preveem uma perda de receita efetiva em cerca de 20 milhões de euros – 3 a 4 milhões de euros só no IML, a Derrama, que não atingirá os 8,4 milhões de euros de 2019 e do IMT, entre 5 e 10 milhões de euros – assim como do IUC, da Taxa de Cidade e dos Impostos e taxas locais, por via das isenções.

Os vereadores temem ainda que a autarquia possa não ter capacidade para acomodar os investimentos programados e criticaram a decisão de contrair um empréstimo de 10 milhões de euros a pagar em 10 anos exatamente para esse fim. A internalização do custo relativo à redução da fatura da água e que, conforme contrato programa assinado com as Águas de Gaia, ascenderá a 6 milhões de euros, e eventuais prejuízos de exercício das empresas municipais, irão tam-

bém contribuir para o aumento das despesas do Município.

“Estamos assim perante uma variação total de fluxos financeiros de caixa, entre perda de receitas e aumento de despesas, claramente superior a 30 milhões de euros, o que irá obrigar o executivo a uma redefinição das de todas as prioridades, pelo menos, para o ano de 2020. Antevendo uma quebra muito acentuada das receitas correntes, fruto de uma quebra acentuada da atividade económica, está o Município preparado para acomodar este impacto financeiro negativo, face ao atual nível da despesa corrente e que em 2019 totalizou 91,8 milhões de euros”, assinalaram.

Os vereadores social-democratas interpelaram o executivo sobre “como pretende o executivo relançar a economia do nosso concelho” e ainda se “existe algum plano ou programa, pronto a ser implementado, para apoiar as empresas do concelho”.

O PSD antevê dificuldades em reduzir a carga fiscal em 2020 e, por isso, propõe “que se proceda tão breve, quanto possível, a uma revisão orçamental, que proceda à reafectação do lucro de exercício, de 32 milhões de euros (...) reduza o nível de despesas correntes do Município e defina um plano de apoio à economia local, que já devia estar concluído”, sob pena de se agravarem os encerramentos de “micro e pequenas empresas, arrastando assim, para o desemprego, milhares de gaienses”.

“Pelos motivos apresentados, o PSD vota contra o Relatório de Atividades e Conta de Gerência 2019”, concluíram os vereadores na reunião de Câmara, desta segunda-feira.

SAÚDE DEVE SER UMA PRIORIDADE NOS AÇORES

O presidente do PSD/Açores considera necessário “investir e dar prioridade” às políticas de saúde na região durante a próxima década para a aquisição de novos equipamentos e para a renovação de recursos humanos. “É preciso investir e dar prioridade à saúde nos Açores nas políticas e também no orçamento. É fundamental garantir para uma próxima década, não só [a aquisição de] novos equipamentos, como renovar a capacidade instalada”, declarou José Manuel Bolieiro num vídeo no Facebook, acompanhado pela presidente do Conselho Médico da Ordem dos Médicos nos Açores, dia 26.

O líder social-democrata referiu que o Serviço Regional de Saúde tem de ter “capacidade de prestar serviços a todos os açorianos”, independentemente da ilha de origem, defendendo a criação de uma estratégia para captar profissionais de saúde para a região. “É preciso ter uma estratégia de captação de profissionais altamente qualificados, seja pelo estatuto remuneratório, seja pela capacidade de envolvimento na sua formação profissional, [seja] nas suas facilidades para se tornar residente”, apontou.

O presidente do partido nos Açores salientou que alguma da “capacidade instalada” nos serviços de saúde do arquipélago está “desgastada” e “eventualmente já desatualizada”, pelo que é necessário “fazer investimento na saúde”.

“Qualquer açoriano, qualquer contribuinte, mesmo a solidariedade nacional e a solidariedade comunitária não deixarão de compreender a importância da saúde num arquipélago como os Açores, uma região ultraperiférica”, disse.

José Manuel Bolieiro defende a utilização da “telemedicina”/consultas à distância e a “possibilidade de visita de médicos especialistas” às ilhas com carência de especialidades médicas, frisando que apenas existem três hospitais nos Açores: em São Miguel, no Faial e na Terceira.



O líder do PSD/Açores considerou que, nos “últimos anos”, as políticas de saúde nos Açores não têm sido eficazes.

A responsável pela Ordem dos Médicos nos Açores, Isabel Cássio, afirmou que a política de saúde na região deve ser “baseada na medicina geral e familiar”, passando o médico de família a ser o “gestor do doente”. Cássio realçou que deveriam existir médicos na Secretaria da Saúde do Governo

dos Açores, atualmente liderada pela farmacêutica Teresa Luciano, adjuvada pelo diretor regional Tiago Lopes, enfermeiro de profissão. “Nós [Ordem dos Médicos] discordamos que uma Secretaria Regional da Saúde não tenha um médico. Isso é logo um primeiro problema. A seguir, quando nós tentamos ser parceiros construtivos, não fomos também muito tidos em conta, nomeadamente nesta situação específica [da pandemia de covid-19]”, concluiu.

MADEIRA NÃO PODE FICAR À ESPERA DO ORÇAMENTO RETIFICATIVO

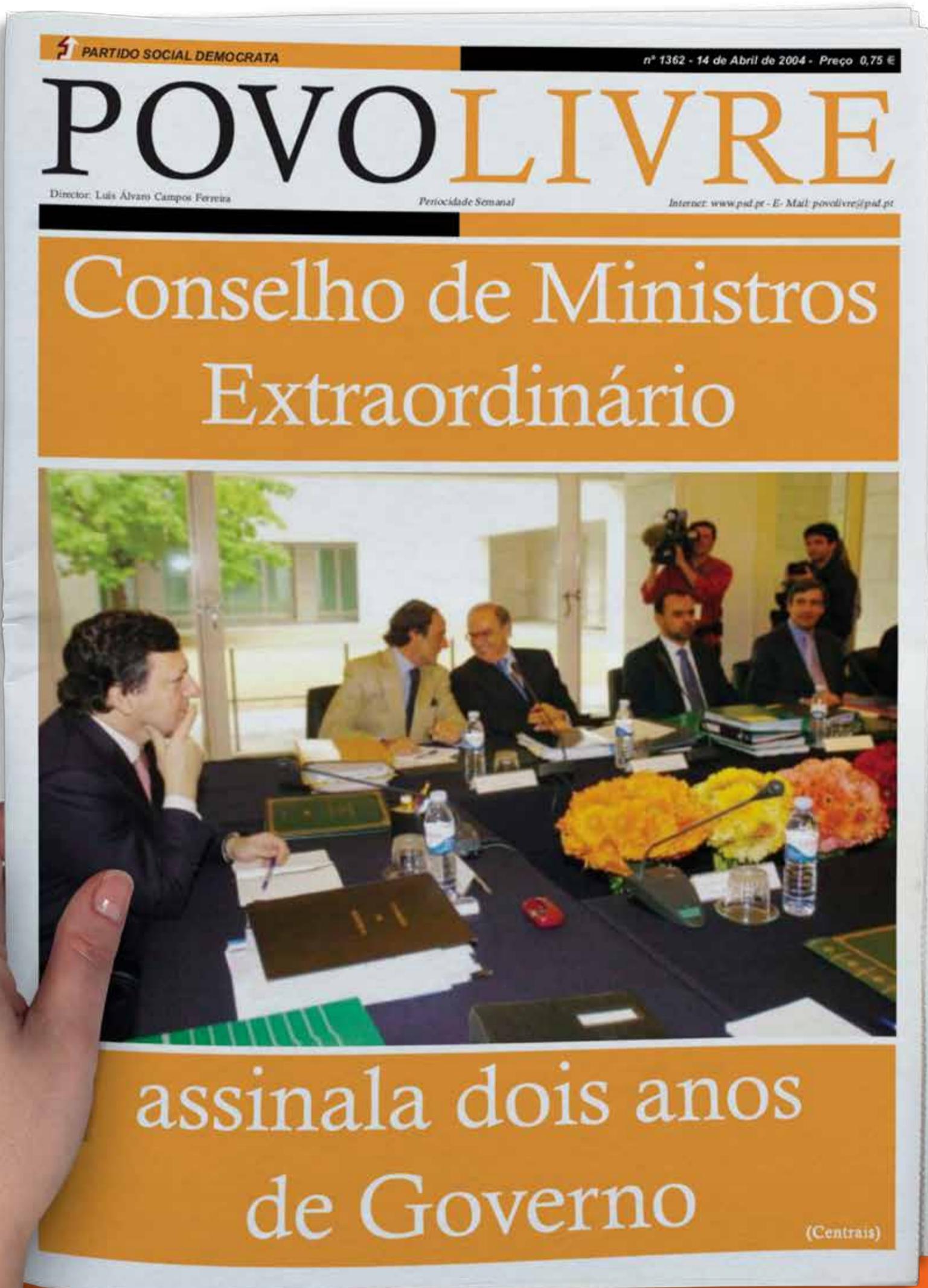


O presidente do Governo da Madeira diz que a região não pode estar à espera do Orçamento Retificativo do Estado, porque precisa de liquidez de tesouraria para acudir de imediato às necessidades de famílias e empresas. “Eu não posso estar à espera do Orçamento Retificativo, esse simulacro e manhosice, porque o Orçamento Retificativo só deve estar aprovado em julho e os seus efeitos só se farão sentir mais para a frente. Neste momento, tenho de garantir liquidez e apoio às famílias da Madeira”, disse Miguel Albuquerque numa visita à obra de reordenamento da circulação do tráfego e de melhoria da segurança rodoviária na zona das Figueirinhas, no Caniço, em Santa Cruz.

O presidente do XIII Governo Regional aguarda pela reação dos deputados do PS/Madeira quando, na quinta-feira, a Assembleia da República discutir as duas propostas de decreto-lei do arquipélago, sobre as quais o executivo se queixa de não ter respostas de Lisboa. Uma delas pede uma remissão no pagamento das duas tranches do empréstimo contraído em 2012, no valor de 1,5 mil milhões de euros, ao abrigo do Plano de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF). As tranches vencem em julho e em janeiro e ascendem a 48 milhões de euros cada (30 milhões de capital e 18 milhões de juros), totalizando 96 milhões de euros.

A outra proposta pede a suspensão de dois artigos da Lei de Finanças Regionais de modo que a Madeira possa recorrer a empréstimos ficando desobrigada dos limites de endividamento, no valor de 300 milhões de euros.

O objetivo é fazer face às consequências derivadas da pandemia de covid-19 que, segundo um relatório da Direção Regional de Estatísticas, fará com que a região perca, até ao final do ano, mil milhões de euros. “Esta operação de financiamento adicional líquido de 300 milhões de euros só precisa de uma autorização da Lei das Finanças Regionais para garantir a negociação junto dos bancos”, declarou.



Edição n.º 1362 do "Povo Livre" | de 14 de abril de 2004.

"Conselho de Ministros Extraordinário assinala dois anos de Governo". O então Primeiro-Ministro, Durão Barroso, reuniu-se com os ministros e, à hora de almoço, os secretários de Estado juntaram-se ao elenco ministerial para participar na discussão, que se prolongou pela tarde no Pavilhão de Portugal, no Parque das Nações em Lisboa.

CONVOCATÓRIAS DO PSD

RECEÇÃO

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



DISTRITAIS

BRAGA

Ao abrigo dos Estatutos do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais do PSD convoca-se todos os militantes do Distrito de Braga, para as Eleições dos Órgãos Distritais a realizar dia 11 de julho (Sábado) de 2020, entre as 14H00 e as 21H00, em todos os locais de votação abaixo indicados, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Eleições dos Órgãos Distritais.

1. Eleição da Mesa da Assembleia Distrital;
2. Eleição da Comissão Permanente Distrital
3. Eleição do Conselho de Jurisdição Distrital.
4. Eleição da Comissão Distrital de Auditoria Financeira.
5. Eleição de Delegados a Assembleia Distrital.

Notas: As listas terão de ser entregues ao Presidente de Mesa ou a quem o substitua, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

Locais de Votação

Amares – Rua Francisco Bernardo Sousa Monteiro, nº 36 Ferreiros;
Braga – Largo da Senhora – A – Branca, 116;
Barcelos – Sala Hotel Bagoeira Av. Dr. Sidónio Pais 495, Barcelos;
Cabeceiras de Basto – Rua das Pondres (Quinchoso);
Celorico de Basto – Avenida Dr. Sá Carneiro, Edif. Camélia de Castro II, LT 28, Fração D, nº 162;
Esposende – Largo Dr. Fonseca Lima, 14 A;
Fafe – Praça 25 de Abril;
Guimarães – Largo do Toural, 125-1º;
Póvoa do Lanhoso – Rua comandante Luis Pinto Silva, nº 1-4º Esq;
Terras do Bouro – Junta de Freguesia de Moimenta;
Vieira do Minho – Avenida Barjona Freitas – Edif. Alto Minho,
Vila Nova de Famalicão – Rua Adriano Pinto Basto, 212 – 3º Sala 14;
Vila Verde – Rua 1º de Maio, nº 33 – 1º Trás.
Vizela – Rua Fonseca e Castro, nº 130 -B.

BRAGANÇA

Ao abrigo dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral do PSD, convocam-se todos os militantes do PSD do Distrito de Bragança para a Eleição dos Órgãos Distritais, a realizar no dia 3 de julho (sexta-feira) de 2020, entre as 18H00 e as 23H00, em todas as Secções Concelhias, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Eleição dos Órgãos Distritais.

1. Mesa da Assembleia Distrital;
2. Comissão Permanente Distrital;
3. Conselho de Jurisdição Distrital;
4. Comissão Distrital de Auditoria Financeira;
5. Delegados à Assembleia Distrital.

Notas: As Listas aos Órgãos Distritais devem ser entregues, na Sede Distrital do PSD, ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital, ou a quem o substitua, até às 24H00 do dia 30 de junho de 2020.

As urnas estarão abertas das 18H00 às 23H00 nos locais abaixo indicados.

Alfândega da Fé – Edifício da Sede da Junta de Freguesia de Alfândega da Fé, Rua Branco Rodrigues, 43, Alfândega da Fé.
Bragança – Praça da Sé, 16, 1º.
Carraceda de Ansiães – Rua Luis de Camões, 832, 2º Frt.
Freixo de espada à Cinta – Rua S. Francisco, 5.
Macedo de Cavaleiros – Rua Clara Vaz, 1, 2º Esq.
Miranda do Douro – Rua da Trindade S/n Edifício Patrício.
Mirandela – Avenida 25 de Abril, 273 – Sub-Loja Esq.
Mogadouro – Avenida dos Comandos, 3.
Torre de Moncorvo – Edif. ACIM, Largo da Feira, Moncorvo.
Vila Flor – Rua da Fonte Romana, 14.
Vimioso – Rua da Misericórdia (antigo B's Bar).
Vinhais – Largo do Arrabalde, 17.

GUARDA

Ao abrigo dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral do PSD, convoca-se todos os militantes com capacidade eleitoral ativa, para os Órgãos Distritais do PSD da Guarda, para reunirem em As-

sembleia, no dia 11 de julho (Sábado) de 2020, entre as 15H00 e as 19H00, em todas as Secções do Distrito, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Eleição para os Órgãos Distritais do PSD da Guarda.

1. Mesa da Assembleia Distrital;
2. Comissão Permanente Distrital;
3. Conselho de Jurisdição Distrital;
4. Comissão Distrital de Auditoria Financeira,
5. Delegados de Secção à Assembleia Distrital.

Os Locais de Voto das Secções:

Aguiar da Beira – Sede do PSD, no Largo dos Monumentos em Aguiar da Beira;
Almeida – Pavilhão Multiusos em Vilar Formoso, na Av. Combatentes da Guerra Colonial;
Celorico da Beira – Sede do PSD, Rua António Fernandes C. Almeida, 19 –Loja;
Figueira de Castelo Rodrigo – Casa do Povo, Av. Heróis de C. Rodrigo, em Figueira de Castelo Rodrigo.
Fornos de Algodres – Sede do PSD, Rua Espírito Santo, nº 2.
Gouveia – Sede do PSD, Av., 1º de Maio, 9 – 1º.
Guarda – Sede Distrital do PSD, Rua Marquês de Pombal, nº 3 – 2º.
Manteigas – Sede do PSD, Rua de São João de Deus, nº 2.
Meda – Sede do PSD, Rua Dr. Reboredo, nº 6.
Pinhel – Sede do PSD, Rua da República, nº 103 – 1º
Sabugal – Sede do PSD, Largo da Fonte, nº 12.
Seia – Sede do PSD, Av. 1º de Maio, nº 26.
Trancoso – Sede do PSD, Rua da Corredoura, nº 5.
Vila Nova de Foz Côa – Sede do PSD, Praça da República, nº 25 – Edif. Sacadi.

Notas: As listas de candidatura aos Órgãos Distritais, deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital ou a quem estatutariamente possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na Sede Distrital da Guarda.

As listas de Delegados de Secção à Assembleia Distrital deverão ser apresentadas ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na Sede de Secção respetiva.

SETÚBAL

ERRATA: Morada da Secção do Montijo: Praça da República, nº 23 Montijo

SECÇÕES

AGUIAR DA BEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD de Aguiar da Beira a reunir no próximo dia 11 de julho (Sábado) de 2020, entre as 15H e as 19H00, na Sede do PSD de Aguiar da Beira, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Eleição dos Órgãos de Secção.

1. Eleição da Comissão Política de Secção;
2. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção.

Notas: As listas candidatas deverão ser apresentadas ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na Sede do PSD de Aguiar da Beira.

ALFÂNDEGA DA FÉ

Ao abrigo dos Estatutos do PSD e do Regulamento Eleitoral do PSD, convoca-se todos os militantes do PSD da Secção de Alfândega da Fé para a Eleição dos Órgãos de Secção, a realizar no dia 3 de julho (sexta-feira) de 2020, entre as 18H00 e as 23H00, no Edif. da Sede da Junta de Freguesia de Alfândega da Fé, sita na Rua Branco Rodrigues, nº 43, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Eleição dos Órgãos de Secção.

1. Mesa da Assembleia de Secção;
2. Comissão Política de Secção.

Notas: As listas aos Órgãos de Secção devem ser entregues, na Sede Distrital do PSD, ao Presidente da Comissão Política Distrital, ou a quem o substitua, até às 24H00 do dia 30 de junho de 2020.

As urnas estarão abertas das 18H00 às 23H00.

BAIÃO

Ao abrigo dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral do PSD, convoca-se todos os militantes dotados de capacidade eleitoral ativa da Secção de Baião, para reunirem em Assembleia, no dia 11 de julho (Sábado) de 2020, pelas 17H00, na Sede Concelhia do PSD/Baião, sita na Rua de Camões-Campelo-Baião, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Eleição dos Órgãos de Secção.

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas: A Eleição decorrerá entre as 17H00 e as 20H00.

As listas para os Órgãos de Secção devem ser apresentadas ao Presidente da Mesa ou a quem o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na Sede do PSD/Baião, sita na Rua de Camões-Campelo-Baião.

BARREIRO

Na sequência da Deliberação II-Maio-2020 do Conselho de Jurisdição Nacional do PSD e ao abrigo do disposto nos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Barreiro, para reunir no próximo dia 3 de julho (Sexta-feira) de 2020, das 18H00 às 23H00, na Sede Concelhia, sita na Rua de Trás-os-Montes, nº 4B, freguesia de Santo António da Charneca, concelho do Barreiro, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem legalmente o possa substituir, na Sede Concelhia, até às 24H00 do terceiro dia anterior à Assembleia Eleitoral, até às 24H00 do dia 30 de junho de 2020. As urnas estarão abertas das 18H00 às 23H00.

Deverá existir um rigoroso cumprimento das orientações constantes da Deliberação II-Maio-2020 do Conselho de Jurisdição Nacional, nomeadamente, das seguintes disposições.

Todos os atos eleitorais devem ser organizados de acordo com as recomendações das autoridades de saúde, nomeadamente: uso de máscara; fila de espera à entrada da Assembleia de voto; cumprimento das regras de distanciamento social; não mais de 10 pessoas na sala; disponibilização de desinfetante à entrada da Assembleia de voto e/ou nas mesas de voto; imediata da saída da Assembleia de voto após a introdução do boletim em urna. Os delegados de lista, no respeito pelas recomendações das autoridades de saúde, devem estar a uma distância que lhes permita realizar a sua função.

BRAGANÇA

Ao abrigo dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral do PSD, convoca-se todos os militantes do PSD da Secção de Bragança, para a Eleição dos Órgãos de Secção, a realizar no dia 3 de julho (sexta-feira) de 2020, entre as 18H00 e as 23H00, no Auditório Paulo Quintela, sita na Rua Abília Beça, nº 77, Bragança, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Eleição dos Órgãos de Secção.

1. Mesa da Assembleia de Secção,
2. Comissão Política de Secção.

Notas: As listas aos Órgãos de Secção devem ser entregues, na Sede Distrital de Bragança do PSD, sita na Praça da Sé, nº 16, 1º, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem o substitua, até às 24H00 do dia 30 de junho de 2020.

CARRAZEDA DE ANSIÃES

Ao abrigo dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral do PSD, convoca-se todos os militantes da Secção de Carraceda de Ansiães, para a eleição dos Órgãos de Secção, a realizar no dia 3 de julho (Sexta-feira) de 2020, entre as 18H00 e as 23H00, na Sede Concelhia, sita na Rua Luis de Camões, em Carraceda de Ansiães, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Eleição dos Órgãos de Secção.

1. Mesa da Assembleia de Secção,
2. Comissão Política de Secção.

Notas: As listas aos Órgãos de Secção devem ser entregues, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem o substitua, até às 24H00 do dia 30 de junho de 2020.

As urnas estarão abertas das 18H00 às 23H00.

CELORICO DE BASTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Celorico de Basto, para reunir no próximo dia 11 de julho (Sábado) de 2020, das 14H00 às 21H00, sita na Av. Dr. Sá Carneiro, Edif. Camélias de Basto II, Lt 28, Fração D, nº 162, Celorico de Basto com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Comissão Política de Secção;
2. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção.

Notas: As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário ou a quem o substitua até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

As urnas estão abertas das 14H00 às 18H00.

ESTREMOZ

Ao abrigo do Estatutos e Regulamentos Nacionais do PSD, convoca-se todos os militantes dotados com capacidade eleitoral ativa da Secção de Estremoz, para reunir em Assembleia, no dia 4 de julho (Sábado) de 2020, pelas 15H00, na Sede concelhia do PSD/Estremoz, sita no Largo Dragões Olivença, nº 89, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção,
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas: As urnas estarão abertas das 15H00 às 19H00, em Estremoz, na Sede Concelhia, sita no Largo Dragões Olivença, nº 89. As listas candidatas aos diferentes Órgãos, deverão ser entregues

CONVOCATÓRIAS

ao Presidente da Comissão Política Distrital, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral na sede do PSD/Distrital de Évora, sita na Rua Cândido dos Reis, nº 48, Évora

FIGUEIRA CASTELO RODRIGO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD de Figueira Castelo Rodrigo, a reunir no próximo dia 11 de julho (Sábado) de 2020, pelas 15H00, na Casa do Povo, sita na Av. Heróis de Castelo Rodrigo, em Figueira de Castelo Rodrigo, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Eleição dos Órgãos de Secção.

1. Eleição da Comissão Política de Secção;
2. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção.

Notas: As listas candidatas deverão ser apresentadas ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

O ato eleitoral realiza-se na Casa do Povo de Figueira de Castelo Rodrigo, no período compreendido entre as 15H00 e as 19H00.

FREIXO DE ESPADA À CINTA

Ao abrigo dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral do PSD, convoca-se todos os militantes do PSD da Secção de Freixo Espada à Cinta, para a Eleição dos Órgãos de Secção, a realizar no dia 3 de julho (Sexta-feira) de 2020, entre as 18H00 e as 23H00, no Edif. Da Rua de S. Francisco, nº 5 em Freixo de Espada à Cinta, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Eleição dos Órgãos de Secção.

1. Mesa da Assembleia de Secção;
2. Comissão Política de Secção.

Notas: As listas aos Órgãos de Secção devem ser entregues, na Sede Distrital do PSD, ao Presidente da Comissão Política Distrital, ou a quem o substitua, até às 24H00 do dia 30 de junho de 2020. As urnas estarão abertas das 18H00 às 23H00.

GUIMARÃES

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Guimarães, para reunir no próximo dia 11 de julho (sábado) de 2020, pelas 14H00, na Sede Concelhia do PSD, sita Largo do Toural, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Eleição dos Órgãos da Secção.

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas: As urnas estarão abertas entre as 14H00 e as 21H00 do dia 11-7-2020.

As listas candidatas à Mesa da Assembleia de Secção, Comissão Política de Secção deverão ser entregues na Sede do PSD/Guimarães, no Largo do Toural, ou ao Presidente da Mesa da Secção, até às 24H00 do dia 8 de julho de 2020.

MIRANDA DO DOURO

Ao abrigo dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral do PSD, convoca-se todos os militantes do PSD da Secção de Miranda do Douro, para a Eleição dos Órgãos de Secção, a realizar no dia 3 de julho (Sexta-feira) de 2020, entre as 18H00 e as 23H00, na Sede Concelhia, sita na Rua da Trindade, Edif. Patrício em Miranda do Douro, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Eleição dos Órgãos de Secção.

1. Mesa da Assembleia de Secção;
2. Comissão Política de Secção.

Notas: As listas aos Órgãos de Secção devem ser entregues, na Sede Distrital do PSD, ao Presidente da Comissão Política Distrital, ou a quem o substitua, até às 24H00 do dia 30 de junho de 2020. As urnas estarão abertas das 18H00 às 23H00.

MOITA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Eleitoral da Secção da Moita, a reunir no dia 3 de julho (Sexta-feira) de 2020, entre as 18H00 e as 23H00, na Sede Concelhia, sita na Rua José Afonso, nº 20 na Moita, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Eleição dos Órgãos da Secção.

1. Comissão Política de Secção;
2. Mesa da Assembleia de Secção.

Notas: As urnas estarão abertas das 18H00 às 23H00.

Notas: As listas candidatas deverão dar entrada na Mesa até às 24H00 do dia 30 de junho, (Terça-feira) na Sede Concelhia.

As listas devem ser acompanhadas, por termo de aceitação de candidatura de cada candidato, bem como, subscritos por 5% dos militantes da Moita com capacidade eleitoral à data.

O ato Eleitoral coincide com as Eleições Distritais, pelo que as listas de Delegados à Assembleia Distrital devem ser entregues na mesma data e no mesmo local.

As Eleições dos Órgãos da Secção, estiveram anteriormente marcadas para 13 de março (tendo sido o ato eleitoral suspenso por motivos da pandemia do Covid-19, sendo a lista entregue na altura, considerada agora como lista já entregue.

MONCHIQUE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Monchique, para reunir no próximo dia 11 de julho (Sábado) de 2020, pelas 15H00, na Sede, sita na Rua Dr. Francisco Gomes Avelar, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Comissão Política de Secção;
2. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção.

Notas: As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

As urnas estão abertas das 15H00 às 19H00.

REGUENGOS DE MONSARAZ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convoca-se o plenário da Secção do PSD de Reguengos de Monsaraz, para reunir, no próximo dia 4 de julho (Sábado) de 2020, na Sede do partido, sita na Rua Serpa Pinto, nº 15, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Comissão Política de Secção;
2. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção.

Notas: As listas devem ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior à eleição.

Ar urnas estarão abertas entre as 17H00 e as 19H00.

SETÚBAL

Nos termos dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convoca-se todos os militantes para reunirem, em sessão ordinária da Assembleia de Secção de Setúbal, no dia 3 de julho (Sexta-feira) de 2020, entre as 18H00 e as 23H00, na Sede da Secção, sita na Rua Rodrigues de Freitas, nº 23, 1º Esq. em Setúbal, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Comissão Política de Secção;
2. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção.

Notas: De acordo com os Estatutos Nacionais do PPD/PSD as listas candidatas terão de ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem o substitua até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

As urnas estarão abertas entre as 18H00 e as 23H00.

SOURE

Ao abrigo dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral do PSD, convoca-se todos os militantes da Secção de Soure do PSD, para reunir em Assembleia de Secção, a realizar no próximo dia 4 de julho (Sábado) de 2020, entre as 14H30 e as 20H00, sita na Rua Morais Pinto, nº 6, 2º, Soure, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Eleição dos Órgãos de Secção.

1. Eleição da Comissão Política de Secção.
2. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção.

Notas: As listas candidatas aos órgãos sujeitos a sufrágio, deverão ser entregues no nº 51 da Avenida Bombeiros Voluntários, Edif. São Miguel, Soure, ao Presidente da Mesa da Assembleia, ou a quem o substitua, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. Para efeitos desta votação no dia 4 de julho (Sábado) de 2020, as urnas estarão abertas das 14H30 às 20H00.

TERRAS DE BOURO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Terras de Bouro, para reunir, no dia 11 de julho (Sábado) de 2020, pelas 18H00, nas instalações da Sede da Junta de Freguesia de Moimenta, sita na Av. Dr. Paulo Marcelino, nº 87, 2º Frt, Terras de Bouro, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa, ou a quem estatutariamente o substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

As eleições decorrerão entre as 18H00 e as 20H00.

TORRE DE MONCORVO

Ao dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral do PSD, convoca-se todos os militantes do PSD da Secção de Torre de Moncorvo, para a Eleição dos Órgãos de Secção, a realizar no dia 3 de julho (Sexta-feira) de 2020, entre as 18H00 e as 23H00, na Sede da ACIM, sita no Largo da Feira em Torre de Moncorvo, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Eleição dos Órgãos de Secção.

1. Mesa da Assembleia de Secção;
2. Comissão Política de Secção.

Notas: As listas aos Órgãos de Secção devem ser entregues, na Sede Distrital do PSD, ao Presidente da Comissão Política Distrital, ou a quem o substitua, até às 24H00 do dia 30 de junho de 2020.

As urnas estarão abertas das 18H00 às 23H00.

VILA FLOR

Ao abrigo dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral do PSD, convoca-se todos os militantes do PSD da Secção de Vila Flor, para a Eleição dos Órgãos, a realizar no dia 3 de julho (Sexta-feira) de 2020, entre as 18H00 e as 23H00, na Sede da Concelhia, sita na Rua da Fonte Romana, nº 14, em Vila Flor, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Eleição dos Órgãos de Secção.

1. Mesa da Assembleia de Secção;
2. Comissão Política de Secção.

Notas: As listas aos Órgãos de Secção devem ser entregues, na Sede Distrital do PSD, ao Presidente da Comissão Política Distrital, ou a quem o substitua, até às 24H00 do dia 30 de junho de 2020.

As urnas estarão abertas das 18H00 às 23H00.

VILA FRANCA DE XIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se os militantes da Secção de Vila Franca de Xira, para uma assembleia Eleitoral a realizar no dia 10 de julho (Sexta-feira) de 2020, pelas 18H00 na Sede do PSD de Vila Franca de Xira, sita na Rua da Praia, nº 63, Vila Franca de Xira, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Comissão Política Concelhia;
2. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção.

Notas: As listas devem ser apresentadas na Sede da Comissão Política Concelhia nos prazos e condições estabelecidas no Regulamento Eleitoral do PSD, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

As urnas estão abertas das 18H00 às 23H00.

VIMIOSO

Ao abrigo dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral do PSD, convoca-se todos os militantes do PSD da Secção de Vimioso, para a eleição dos Órgãos de Secção de Vimioso, a realizar no dia 3 de julho (Sexta-feira) de 2020, entre as 18H00 e as 23H00, na Sede da Concelhia, sita na Rua da Misericórdia em Vimioso, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Eleição dos Órgãos de Secção.

1. Mesa da Assembleia de Secção;
2. Comissão Política de Secção.

Notas: As listas candidatas aos Órgãos de Secção devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem, estatutariamente, o possa substituir, até às 24H00 do dia 30 de junho de 2020.

As urnas estarão abertas das 18H00 às 23H00.

VINHAIAS

Ao abrigo dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral do PSD, convoca-se todos os militantes do PSD da Secção de Vinhais para a Eleição dos Órgãos, a realizar no dia 3 de julho (Sexta-feira) de 2020, entre as 18H00 e as 23H00, na Sede Concelhia, sita no Largo do Arrabalde, nº 17, em Vinhais, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Eleição dos Órgãos de Secção.

1. Mesa da Assembleia de Secção;
2. Comissão Política de Secção.

Notas: As listas aos Órgãos de Secção devem ser entregues, na Sede Distrital do PSD, ao Presidente da Comissão Política Distrital, ou a quem o substitua, até às 24H00 do dia 30 de junho de 2020.

As urnas estarão abertas das 18H00 às 23H00.

NÚCLEOS

AZEITÃO

Nos termos dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Azeitão, para reunir em sessão extraordinária, no dia 3 de julho (Sexta-feira) de 2020, entre as 18H00 e as 23H00, na Sede de Secção, sita Rua Rodrigues de Freitas, nº 23 – 1º Esq., em Setúbal com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Eleição para a Comissão Política do Núcleo do PSD de Azeitão.

Notas: As listas concorrentes deverão ser entregues ao Presidente da Comissão Política do Núcleo, ou a quem o substitua, na Sede da Secção, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. As urnas estarão abertas entre as 18H00 e as 23H00.